

Ata 03/2026 – No dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e seis às treze horas e quarenta e cinco minutos, reuniram-se os membros do **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMPCD)**, de forma híbrida, sendo presencialmente, na Sala 2 da Escola de Governo, anexo à Secretaria de Educação, sito à Rua General Rondon, 2195, Jardim La Salle, e online através da plataforma Google Meet, para **Reunião Ordinária**, contando com a presença dos seguintes conselheiros/as: Julia Vanessa Dall'Oglio, Fabíola Paola Ferreira, Sérgio Luiz Tavares Junior, Cleomar Rogério Krause, Cleide Regina Marques Brogliatto, Jane de Almeida, Renice Cecília Gafuri, Rose Mari Menon de Oliveira, Fábila Freire da Silva, Tania Salete Bilato e Neuza Simao Gripp Freitas de Arruda. A Sra. Heloísa cumprimenta todos os presentes e inicia a reunião apresentando a seguinte **PAUTA**: a) Deliberar pela Ata nº 02/2026; b) Deliberar pela eleição para os cargos de Vice-Presidência; c) Deliberar pela representação das instituições de ensino superior no CMPCD para cumprimento do mandato em curso da gestão 2025-2028. **INFORMES**: a) Informe sobre a Deliberação nº 005/2026 – sobre o repasse de recursos na modalidade fundo a fundo para fortalecimento das políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência; b) Outros informes. **Item de Pauta A – Deliberar pela Ata nº 02/2026**: A Sra. Heloísa questionou se todos os conselheiros haviam realizado a leitura prévia da ata. Diante das manifestações indicando que parte dos presentes não havia efetuado a leitura, deliberou-se pela retirada do ponto da pauta, ficando sua apreciação e deliberação para reunião posterior. **Item de Pauta C – Deliberar pela representação das instituições de ensino superior no CMPCD para cumprimento do mandato em curso da gestão 2025-2028**: A Sra. Heloísa esclarece que foi encaminhado e-mail às instituições de ensino superior do município, informando sobre a existência da vaga destinada à representação das universidades junto ao Conselho. Relata que, na oportunidade, também foi solicitado que as instituições replicassem a informação aos cursos, núcleos, programas e demais iniciativas relacionadas ao atendimento especializado e à área da pessoa com deficiência. Informa que, após a divulgação, manifestaram interesse na ocupação da vaga a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e o Centro Acadêmico de Medicina da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Diante disso, esclarece que cabe ao Conselho deliberar acerca da forma de ocupação da vaga, definindo a representação que passará a compor o colegiado. O Sr. Rogério relatou que se recorda das discussões realizadas quando da proposta de inclusão das universidades junto ao Conselho, destacando que a intenção era possibilitar a participação das instituições de ensino superior nas reuniões do colegiado, inclusive como convidadas, não necessariamente com direito a voto. Ressaltou que o objetivo era aproximar o Conselho da comunidade acadêmica, permitindo que os representantes das

35 universidades contribuíssem com seus conhecimentos técnicos, experiências e estudos,
36 enriquecendo as discussões, enriquecendo assim as discussões do colegiado. O Sr. Lucildo
37 relatou que participou das reuniões em que surgiram as propostas de vagas para
38 representante de universidade e representante da comunidade. Na época, seu entendimento
39 era de que a representação comunitária caberia às associações de moradores, enquanto a
40 vaga das universidades seria definida entre elas próprias. Diante disso, questionou se houve
41 alguma alteração nesse entendimento. Uma Sra. Heloísa informa que a lei já foi alterada para
42 incluir um representante de pessoa com deficiência, sem especificar se deve ser da
43 comunidade ou de alguma associação, e que já ocorreu eleição para essa vaga. Ela
44 acrescenta que também foi incluída na lei um representante de instituição de ensino superior.
45 Ela diz que o que está em debate, não é uma alteração legal, e sim como será preenchida a
46 vaga referente às instituições de ensino superior, visto que a PUC e a UFPR já se
47 manifestaram. O Sr. Rogério manifesta preocupação quanto ao interesse do Centro
48 Acadêmico de Medicina da UFPR, pois, muitas vezes, a vigência do centro é de 12 meses,
49 enquanto o mandato no conselho é mais longo. Ele ressalta a importância da participação dos
50 centros acadêmicos das universidades, mas recomenda que o representante seja vinculado à
51 instituição ou possua garantia de vínculo com o centro acadêmico por um período
52 determinado, de modo a garantir a continuidade. A Sra. Julia cita nomes de pessoas
53 vinculadas às universidades, relacionadas ao atendimento especializado e à área da pessoa
54 com deficiência, e propõe contatar essas pessoas para conversar. Ela observa que não sabe
55 se ainda há tempo para isso, mas sugere procurá-las, levando em conta o trabalho que vem
56 sendo desenvolvido por elas. A Sra. Heloísa informa que contatou uma das pessoas
57 mencionadas, mas não obteve retorno. Ela acrescenta que a divulgação foi feita às
58 universidades e, como apenas duas se manifestaram, sugere não procurar outras instituições
59 que ainda não tenham interesse neste momento. Manifesta-se preocupação em adiar a
60 definição, pois é necessário atualizar o decreto de nomeação dos conselheiros em
61 conformidade com a alteração da lei. Após as discussões, os conselheiros concordaram em
62 verificar a vinculação dos representantes indicados pela UFPR, especialmente quanto à
63 possibilidade de permanência durante todo o mandato. Deliberou-se que, após a obtenção
64 dessas informações, seria realizada votação por meio do grupo de WhatsApp do Conselho
65 para definição da composição entre titular e suplente. Na sequência, o conselheiro Rogério
66 reforçou a importância de ampliar a participação da comunidade acadêmica no Conselho,
67 incentivando o compartilhamento de informações e a aproximação das instituições de ensino
68 superior das discussões e ações desenvolvidas pelo colegiado. **Item de Pauta B - Deliberar**

69 **pela eleição para os cargos de Vice-Presidência e Presidente(a) Interino(a):** A Sra.
70 Heloísa informou sobre a necessidade de eleição para o cargo de Vice-Presidente, em razão
71 da renúncia da vice-presidente, Sra. Andréia. Esclareceu que, em reunião anterior, a Sra.
72 Fabíola Paola Ferreira foi escolhida como Presidente Interina, diante do afastamento do
73 Presidente. Informou ainda que a eleição da Vice-Presidência havia sido adiada para
74 possibilitar maior participação dos conselheiros e convidou os presentes a manifestarem
75 interesse em ocupar a função. A Sra. Julia sugere que a conselheira Cleide ocupe a vice-
76 presidência e os demais conselheiros concordam e a Sra. Cleide aceita. O item é colocado em
77 deliberação e **aprovado. INFORMES: A) Deliberação nº005/2026 – sobre o repasse de**
78 **recursos na modalidade fundo a fundo para fortalecimento das políticas públicas**
79 **voltadas à pessoa com deficiência:** A Sra. Heloísa reforçou que as informações referentes
80 aos itens a serem adquiridos com os recursos provenientes da deliberação foram
81 encaminhadas previamente ao grupo de WhatsApp do Conselho. Contudo, destacou que a
82 relação apresentada continha apenas descrições gerais dos materiais previstos. Foi
83 questionado à Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social se já havia maior
84 detalhamento acerca dos itens que serão adquiridos, bem como quais secretarias ou setores
85 serão contemplados com os equipamentos e materiais. Em resposta, foi informado que, até o
86 presente momento, ainda não há especificação. A Sra. Heloísa esclareceu que grande parte
87 das deliberações que tratam de repasses de recursos na modalidade fundo a fundo possuem
88 destinação voltada à execução das políticas públicas no âmbito do serviço público. Informou
89 que, quando há previsão para repasse de recursos às organizações da sociedade civil, o
90 procedimento deve observar as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, sendo
91 operacionalizado por meio de chamamento público ou, nos casos legalmente previstos, por
92 dispensa de chamamento público. Explicou ainda que cada deliberação estabelece uma
93 finalidade específica para os recursos transferidos e define a forma como deverão ser
94 executados. No caso da Deliberação nº 005/2026, destacou que o recurso foi destinado ao
95 fortalecimento das políticas públicas de garantia e defesa dos direitos da pessoa com
96 deficiência, razão pela qual sua execução deve ocorrer no âmbito do serviço público, não
97 sendo permitido o repasse às entidades da sociedade civil. A Sra. Heloísa informou que, em
98 observância à finalidade estabelecida na deliberação, a Secretaria de Desenvolvimento
99 Humano e Social elaborou o respectivo Plano de Ação, cabendo à pasta a execução dos
100 recursos. Esclareceu também que a deliberação permite exclusivamente a realização de
101 despesas de capital, ou seja, despesas destinadas à aquisição de bens permanentes que
102 passam a integrar o patrimônio público municipal. Complementando, a Sra. Renice ressaltou

103 que a deliberação estabelece expressamente que todos os bens e equipamentos adquiridos
104 com os recursos deverão ser utilizados em ações voltadas ao atendimento e à garantia dos
105 direitos das pessoas com deficiência, constituindo essa uma exigência para a execução do
106 recurso. A Sra. Heloísa sugeriu que, em reunião futura, seja realizada uma apresentação mais
107 detalhada acerca dos repasses de recursos na modalidade fundo a fundo e dos procedimentos
108 aplicáveis à sua execução, as formas de utilização dos recursos, as possibilidades de repasse
109 às organizações da sociedade civil e os fluxos envolvidos, de modo que todos estejam
110 devidamente esclarecidos e preparados para futuras deliberações relacionadas ao tema e os
111 conselheiros concordam. **B) Outros informes:** A Sra. Júlia convidou todos os conselheiros
112 para participarem da Feijoada da APADA de Toledo, que será realizada no dia 04 de julho de
113 2026. Informou que encaminhará o convite e demais informações sobre o evento no grupo de
114 WhatsApp do Conselho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente ata, a qual será
115 encaminhada por e-mail aos conselheiros para eventuais apontamentos e na próxima reunião
116 ordinária deste conselho, a ata será aprovada e assinada pelos presentes.